

RN proíbe nomeação de condenados por feminicídio

Lei nº 12.647/2026 denominada “Lei Márcia Anália” foi publicada na quinta-feira

O governo do Rio Grande do Norte proibiu a nomeação de pessoas condenadas por feminicídio para cargos em comissão e funções de confiança na administração pública estadual. A medida está prevista na Lei nº 12.647/2026, sancionada pela governadora Fátima Bezerra e publicada no Diário Oficial do Estado.

A nova legislação determina que indivíduos condenados pelo crime não poderão ocupar postos de livre nomeação em toda a estrutura do Poder Executivo estadual.

A regra abrange órgãos da administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

De acordo com o texto, a vedação vale para casos em que haja condenação definitiva, ou seja, com trânsito em julgado, quando não há mais possibilidade de recurso na Justiça.

Para garantir o cumprimento da norma, o governo estadual passa a exigir, no momento da posse, a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais expedidas pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal por parte dos indicados aos cargos.

A proibição permanecerá em vigor enquanto a pena imposta pela Justiça não for totalmente



Ascom RN

A proibição permanecerá válida enquanto a pena não for totalmente cumprida

cumprida e até que seja concedida a reabilitação penal do condenado, conforme previsto na legislação brasileira.

O feminicídio é definido no Código Penal como o homicídio cometido contra a mulher por razões da condição de gênero, geralmente associado a contextos de violência doméstica, familiar ou de discriminação. A tipificação foi incluída na legislação brasileira em 2015 e prevê penas mais severas para esse tipo de crime.

Dados recentes mostram a dimensão do problema no país. Informações do Painel de Violência contra a Mulher do Conselho Nacional de Justiça indicam que a Justiça brasileira julgou, em média, 42 casos de feminicídio por dia em 2025.

No Rio Grande do Norte, dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social apontam que os casos de violência contra a mulher seguem como um desafio para as políticas públicas, mo-

bilizando ações integradas de prevenção, atendimento às vítimas e responsabilização dos agressores.

A criação de normas que restringem o acesso de condenados por crimes graves a cargos públicos é apontada por especialistas como uma forma de reforçar critérios de idoneidade na administração pública, além de contribuir para a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à violência de gênero.

Homenagem

A legislação recebeu o nome de Márcia Anália, jovem de 23 anos vítima de feminicídio em abril de 2024 no município de Parnamirim, na Grande Natal.

O caso teve grande repercussão no estado e mobilizou familiares, organizações sociais e movimentos de defesa dos direitos das mulheres.

A morte da jovem tornou-se um símbolo da luta contra a violência de gênero no Rio Grande do Norte e reforçou a cobrança por políticas públicas mais rigorosas de enfrentamento ao feminicídio.

Segundo relatos da família e das investigações, Márcia Anália foi assassinada dentro da própria residência.

O caso gerou forte comoção e impulsionou debates sobre a necessidade de ampliar mecanismos de prevenção e punição para crimes contra mulheres.

Com a nova legislação, o governo estadual busca reforçar critérios de idoneidade para ocupação de cargos públicos e sinalizar compromisso institucional com políticas de enfrentamento à violência de gênero. A expectativa é que a medida também contribua para ampliar o debate sobre responsabilização e prevenção de crimes contra mulheres no estado.

Celular Seguro orienta público em Alagoas

Ascom AL

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) promove, entre os dias 16 e 18 deste mês, uma ação de divulgação do Programa Celular Seguro no Maceió Shopping, na capital alagoana. A iniciativa será realizada das 10h às 18h, em um ponto montado próximo à loja Renner, com atendimento aberto ao público que frequenta o centro de compras.

Atividades

Durante os três dias de atividade, equipes do programa vão distribuir panfletos informativos e orientar os visitantes sobre o funcionamento da iniciativa, criada para recuperar celulares roubados, furtados ou perdidos e devolvê-los aos seus verdadeiros proprietários. A proposta é ampliar o conhecimento da população sobre o programa e incentivar o registro de ocorrências e a adoção de medidas que facilitem a identificação dos aparelhos.

Verificações

No local, os cidadãos também poderão verificar se seus dispositivos estão entre os celulares já recuperados pelas forças de segurança do estado.

Os servidores da SSP estarão disponíveis para esclarecer dúvidas, explicar como funciona o processo de recuperação e orientar sobre os procedimentos necessários para participar do programa.

Entre as recomendações repassadas pelas equipes estão a importância de registrar o boletim de ocorrência em casos de roubo ou furto, além de manter informações atualizadas sobre o aparelho, como o número do IMEI, código que permite a identificação do dispositivo e facilita o trabalho de rastreamento pelas autoridades.

O Programa Celular Seguro integra as estratégias adotadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas para combater o comércio ilegal de

celulares e reduzir crimes relacionados ao roubo e furto desse tipo de equipamento.

As ações também envolvem operações policiais e campanhas de conscientização voltadas à população.

Sobre o projeto

Desde a criação do Celular Seguro Alagoas, já foram recuperados 2.530 aparelhos que haviam sido roubados ou furtados. Desse total, 1.907 celulares, o equivalente a 75,4%, já foram devolvidos aos verdadeiros donos.

As vítimas foram localizadas a partir das informações registradas nos boletins de ocorrência feitos após os crimes. Com base nesses dados, as equipes conseguem identificar os proprietários e realizar o processo de restituição dos aparelhos recuperados.

A SSP reforça que o registro da ocorrência é fundamental para aumentar as chances de recuperação dos celulares e para fortalecer as investigações conduzidas pelas forças de segurança.



O programa já recuperou mais 2 mil aparelhos